

# Dossier



## INTEGRAÇÃO CAPITALISTA DO BRASIL CENTRAL

*Barsanufu Gomides Borges\**  
barsanufu@uol.com.br

**RESUMO:** A classe dominante agrária do Brasil Central, apoiada na ajuda financeira e no aporte técnico oferecido pelo Estado autoritário, empunharia a bandeira da racionalização da produção no campo, especialmente no setor da pecuária. As ações de sindicatos e associações rurais, afinadas com a política econômica do Governo Vargas, tornar-se-iam símbolo das mudanças na agropecuária regional. O Ministério da Agricultura mobilizaria recursos e conhecimento técnico para financiar e orientar o setor com vista à diversificação e especialização da produção. A Pasta transformou-se em instância administrativa das principais demandas canalizadas pelas agremiações representativas dos grandes produtores rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Integração, mercado, racionalização da produção, agropecuária.

A economia agrária do Brasil Central avançou no seu processo de especialização para o mercado puxada pelo crescimento da demanda interna e externa de produtos animais, após 1930. Enquanto a agricultura do interior do Brasil manteve-se tradicional e organizada como economia de subsistência até por volta dos anos 60, a pecuária de corte iniciou um processo de racionalização da produção em resposta à política econômica do Governo Vargas e às mudanças na conjuntura econômica nacional e internacional. Houve, sobretudo nos sertões do Planalto Central, um crescimento significativo do número de fazendas especializadas na criação e comercialização de gado bovino. A política expansionista do Estado Novo, centrada na ideologia da *conquista do Oeste*, certamente encontraria na pecuária de corte a principal parceira na ocupação do espaço na fronteira.

A pecuária extensiva esteve, assim, na base da ocupação do espaço agrário e favoreceu sobremaneira na reprodução da estrutura fundiária concentrada e excludente nas áreas pioneiras do Centro-Oeste. A criação

---

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

do gado *vacum* garantia ao fazendeiro e “grileiro” de terras a apropriação de grandes áreas devolutas, que se transformavam em reserva de valor. Por conseguinte, a estrutura agrária e de poder que, historicamente, construiu-se nas regiões de fronteira dificultaria a democratização do acesso à terra e à formação da pequena propriedade.

A pecuária representou, segundo Artiaga, a primeira fonte geradora de riqueza da economia agrária do Planalto Central e ela foi a base da fortuna particular nos sertões, a ponto de se formar uma verdadeira “aristocracia rural” na região. Os negócios do gado foram sempre o melhor meio de vida do sertanejo. Seja criador, invernista, boiadeiro ou negociante de gado, todos tinham a sua parte nos proventos da pecuária. A não ser as crises periódicas e as epizootias, nada perturbava o avanço dessa atividade econômica (ARTIAGA, 1942, p. 25).

O presente artigo analisa o desenvolvimento da atividade pastoril e seu papel na integração capitalista do setor agrário do Brasil Central a partir do Estado Novo. Aborda as relações econômicas e financeiras entre pecuária de corte e o setor urbano-industrial, bem como a divisão social e regional do trabalho estabelecida entre esses dois setores da economia brasileira. O papel histórico da pecuária de corte no projeto autoritário-modernizante do Governo Vargas seria produzir proteína animal, a baixo custo, para a exportação e alimentação da população urbana do Sudeste do país, o que contribuía sobremaneira no equilíbrio da balança comercial e na redução dos custos de reprodução da força de trabalho industrial.

O espaço econômico considerado para a análise histórica compreende o sul dos estados de Goiás e Mato Grosso, bem como o Triângulo Mineiro e norte do Estado de São Paulo. Segundo as lideranças rurais, essa área “formava uma unidade econômica, homogênea e coesa, onde a pecuária era uniforme sob todos seus aspectos, tanto técnico quanto econômico”.<sup>1</sup>

A indústria pastoril do Brasil Central foi o primeiro ramo da economia agrária regional a receber apoio financeiro e técnico do Estado e investimentos do grande capital privado. Nessa etapa da integração capitalista do setor agrário brasileiro, iniciou-se a transformação do latifúndio em empresa agrária e do fazendeiro tradicional em homem de negócio. Os grandes produtores de gado de corte constituir-se-iam no segmento econômico mais dinâmico da sociedade agrária do interior do país. As dificuldades históricas no escoamento da produção de grãos para outros mercados, em razão do isolamento e da carência de meios de transportes, forçariam a um tipo de especialização da produção no campo que privilegiava a pecuária extensiva como atividade econômica dominante. Além do baixo custo de

produção do gado nas áreas de pastagem do cerrado, o boi era uma mercadoria que se autoconduzia até os mercados do Centro-Sul.

Apesar de o discurso do Governo Vargas defender a formação da pequena propriedade nas áreas de fronteira, o Estado brasileiro constituir-se-ia, no pós-30, no principal fiador da grande propriedade fundiária. Só que agora passaria a favorecer a sua capitalização, abandonando, assim, os privilégios concedidos exclusivamente à agroexportação. O governo não só estabeleceria política e instrumento institucional que orientasse a especialização da produção no campo, como também garantia a reprodução da velha estrutura fundiária nas áreas de fronteira.

O projeto desenvolvimentista do Governo Vargas previa racionalizar a produção agropecuária; portanto, a grande propriedade fundiária não podia mais subsistir na sua forma tradicional. O impulso deveria não só provir “de dentro”, como também, numa escala significativa, dirigir-se “para dentro” da economia. A racionalização da produção agrária, intimamente articulada aos centros urbano-industriais, em decorrência de uma política centrada na expansão do mercado interno, era sem dúvida, entre outras razões, uma resposta à conjuntura econômica mundial (VIANNA, 1976, p. 134).

A mudança nas relações Estado/economia no pós-30 refletiu diretamente no setor agrário brasileiro, especialmente na reorganização da pecuária de corte. A política econômica do Governo Vargas tinha em vista enquadrar, de forma gradual, a produção agropecuária ao projeto de *modernização conservadora* em curso no país. A criação de uma nova ordem econômica e social no campo seria, na visão desenvolvimentista, essencial no processo de desenvolvimento econômico. O mundo rural deveria superar seu atraso como condição para o crescimento do setor urbano-industrial.

Segundo o pensamento autoritário, base dos fundamentos doutrinários do Estado Novo, cabia ao governo suprir o que qualificava de “falta de riqueza” para impulsionar o desenvolvimento econômico. Para superar as condições de “atraso” do país, a ação intervencionista do Estado era vista como indispensável, inclusive, com políticas de racionalização da produção no campo. Falava-se da necessidade de se mobilizarem capitais nacionais que operassem dinamicamente na conquista das “regiões retardadas” (BRASIL, 1938, p. 8).

O crédito foi um instrumento de política pública utilizado pelo governo com vista à modernização da agropecuária nacional. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada em 1937, tornou-se a principal fonte de financiamento do setor agrário. A criação desse estatuto financeiro evidenciava, não só o comprometimento do Governo Vargas

com a racionalização da produção agropecuária, mas também o poder do setor agrário organizado de influenciar nas decisões políticas governamentais.

No discurso oficial, a transformação no setor agrário aparece como suporte de sustentação para o “novo” implantado na cidade, e sua extensão ao campo era vista como um movimento natural e inerente à nova ordem econômica e política do país. No modelo de desenvolvimento voltado para realização interna do valor, seria urgente a unificação do mercado nacional e a diversificação da produção tanto industrial quanto agrária. Para tanto, uma das primeiras medidas administrativas colocadas em prática no pós-30 foi a abolição das tarifas alfandegárias interestaduais e intermunicipais, o que contribuiria, sobremaneira, na formação do mercado interno e na integração capitalista do setor agrário brasileiro.

Todavia, as propostas políticas de mudanças no campo pouco se traduziram em ações e práticas governamentais no sentido de reestruturar o setor agrário tradicional. A intervenção do Estado foi mais no sentido de estimular a especialização e a diversificação da produção agrária tradicional, aproveitando-se da estrutura socioeconômica e das culturas já existentes no país. Exceto na pecuária de corte de algumas regiões brasileiras.

A atividade pastoril do Brasil Central iniciaria um processo de modernização da produção estimulado pela demanda e pelos investimentos públicos e privados no setor. O Departamento Nacional da Produção Animal (DNPA) – órgão público criado em 1934 com a reestruturação do Ministério da Agricultura – passou a coordenar a política de padronização da indústria pastoril, intervindo nas diversas instâncias de sua organização, especialmente nas áreas da defesa sanitária do gado, melhoria genética dos rebanhos, industrialização e comercialização dos produtos animais.

O comprometimento da Pasta da Agricultura com a racionalização da pecuária de corte pode ser verificado na multiplicação, em todo o país, de fazendas experimentais e estações de monta: pólos avançados dispersores de animais de raça emprestados pelo governo para cruzamento com rebanhos nativos de criadores mais próximos, visando ao aprimoramento genético do gado de corte.

A política do governo visava, assim, à racionalização da pecuária via melhoramento técnico do manejo dos animais e aprimoramento dos rebanhos de acordo com a moderna zootecnia. Segundo relato da época, “as fazendas experimentais de criação em Uberaba, no Estado de Minas Gerais, em Bagé, no Rio Grande do Sul, em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, estão devidamente aparelhadas para proceder a estudos re-

ferentes às raças que mais se adaptem às respectivas regiões, visando principalmente o melhoramento de tipo indicado para o mercado interno e a exportação” (SOUZA, 1941, p. 16).

Os programas governamentais voltados para a padronização da produção animal atendiam especialmente aos interesses do setor agrário tradicional e do grande capital investido na produção do gado e na indústria da carne. Além disso, o emergente setor substitutivo de importações, núcleo central da política econômica do Governo Vargas, necessitava não só de planejamento e financiamento público, mas também de matérias-primas e gêneros alimentícios a preço acessível. Assim, o Ministério da Agricultura foi reestruturado, a partir de 1933, com a função de intervir no agro para atender a interesses do capital, sobretudo, do capital industrial que se tornava hegemônico no país.

Na discussão acerca da modernização da pecuária, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) defendia que a espécie-padrão a ser adotada para a padronização do gado de corte brasileiro deveria ser o zebu ou o produto do cruzamento desse com espécie nativa, por ser mais rentável e de melhor aceitação pela indústria frigorífica. Estava aberta, assim, no início da década de 1930, mais uma área de medição de forças entre a agremiação e o governo federal: enquanto a SRB buscava a padronização do gado de corte em torno das raças indianas, o Ministério da Agricultura indicava uma espécie europeia como padrão, a raça Hereford.<sup>2</sup>

Tal tipo de enfrentamento entre entidade de classe e governo, segundo Mendonça (1997), além de envolver interesses econômicos – estava em jogo a melhoria da produtividade na pecuária – tinha um caráter político evidente: a insubordinação aos ditames emanados do Ministério da Agricultura resultaria frequentemente em “acordos” para solução dos impasses entre lideranças rurais e governo em relação às demandas do setor.

No Brasil Central havia consenso acerca da definição da espécie-padrão bovina para o melhoramento do rebanho da região. Lideranças rurais e agentes do governo acertaram que o padrão ideal para o gado de corte a ser criado no Planalto Central seria mesmo o de origem indiana, definido a partir do produto do cruzamento do zebu – especialmente o gir – como o gado nativo. O resultado seria uma espécie mestiça que foi denominada “Indubrasil”, a qual estaria aclimatada às áreas de cerrado, com bom ganho de peso, precocidade e resistência para alcançar os mercados do Sudeste. “O indubrasil é o tipo [...] mais próprio e ideal para a criação extensiva no Planalto Central com o fim de produção de carne. O ‘mestiço’, além da

precocidade de desenvolvimento e maior peso, resiste às grandes caminhadas a que está obrigado” (BRASIL, 1949, p. 46).

A respeito da padronização do gado de corte do Brasil Central, Artiaga dizia:

o fazendeiro compreendeu bem a realidade desses negócios, que era a necessidade de um tipo de boi comercial, um produto econômico apropriado para os frigoríficos e atendeu imperativos dos mercados de carne, ao mesmo tempo em que satisfaz as exigências dos entrepostos de gado. Era preciso um boi que reunisse as qualidades básicas do gado de peso, com carnes de pouca fibra, e saborosa, capaz de alcançar a preferência, em Barretos, dos ingleses, que têm nas mãos todos os negócios do gado proveniente da região. Um boi que fosse capaz de se impor, por si mesmo, pela sua resistência, pela excelência de seus próprios predicados, tanto nas invernadas, nos currais como nos entrepostos das feiras próximas dos centros consumidores. (ARTIAGA, 1942, p. 35)

A cidade de Barretos, no norte de São Paulo, tornar-se-ia, a partir das primeiras décadas do século XX, o principal centro de negócio do gado de corte do país. O município dispunha de grandes invernadas, matadouros e frigoríficos modernos responsáveis pelo abate e industrialização da maior parte da carne produzida no Brasil Central. Essa hegemonia econômica da cidade teve início por volta de 1914, quando Antônio Prado, diretor da Companhia Estrada de Ferro Paulista, implantou naquele município a Companhia Pastoril e Frigorífica, uma das primeiras indústrias modernas de processamento da carne bovina do Brasil.<sup>3</sup>

A concentração da indústria frigorífica em Barretos gerou um movimentado comércio de gado de corte entre aquele centro econômico e as demais áreas do Brasil Central. Centenas de milhares de reses atravessavam anualmente o Rio Grande com destino a São Paulo, gado oriundo de áreas produtoras de Minas Gerais e do Centro-Oeste. Esse gado era, geralmente, comercializado magro e teria que ser invernado e preparado para a matança nos frigoríficos instalados em Barretos. Segundo cálculos aproximados, nos vários postos fiscais na fronteira de Minas com São Paulo passavam, anualmente cerca de 550 mil bovinos em direção às invernadas paulistas.<sup>4</sup>

As empresas frigoríficas estrangeiras controlavam, no início dos anos 40, não só o abate e a industrialização da carne bovina, mas também boa parte da produção do gado de corte que abatia. O frigorífico Anglo S.A. possuía, para esse fim, cerca de 60 mil alqueires de terras no Estado de São Paulo, 11 mil em Mato Grosso e 115 mil alqueires em Goiás. Eram grandes



propriedades destinadas à formação de “invernadas” para cria, recria e engorda do gado de corte. O grupo inglês produzia mais de 40% do gado que abatia nas suas indústrias.<sup>5</sup>

Essa centralização na cadeia produtiva da carne incomodava produtores e negociantes de gado do Brasil Central. Segundo representante do Sindicato dos Invernistas e Criadores de Gado de Barretos, “diante de sua área de invernadas e desses números sobre a capacidade de engorda das suas fazendas, as empresas frigoríficas exercem poderosa pressão nos preços do gado. Desmente-se, assim, a famosa lei da oferta e da procura, a liberdade de comércio não passando de verdadeira miragem para os pecuaristas”.<sup>6</sup>

A partir de 1917, o capital estrangeiro foi estimulado a investir na indústria frigorífica do Brasil. A indústria da carne evoluiu de antigos matadouros e charqueadas para a era frigorífica. Pode-se ter uma idéia da relevância desse ramo de produção pelo seu peso no conjunto da indústria alimentícia, se observar que o capital aplicado na indústria de congelamento e conservação de carnes, segundo dados de 1920, representava cerca de um terço do total do capital aplicado no setor de alimentos (BRASIL, IBGE, 1920).<sup>11</sup> No Censo de 1940, verificou-se que essa proporção se manteve relativamente constante.

Os frigoríficos modernos que se estabeleceram no Brasil, nesse período, estavam, na sua maioria, ligada a quatro grandes organizações econômicas internacionais. O Frigorífico Anglo S.A., considerado um dos maiores grupos produtores e vendedores de carnes bovinas do mundo, controlava a maior parte do comércio dos produtos animais e as maiores empresas de navegação do ramo. As outras três grandes multinacionais da carne atuavam no Brasil – Armour, Swift e Wilson – ambas de Chicago, formavam redes de atuação que se estendia a outros países da América Latina, principalmente na Argentina e Uruguai (BRASIL, 1937, p. 81-83).

Para os grupos nacionalistas, o governo brasileiro concedia favores especiais aos frigoríficos estrangeiros aqui estabelecidos. Essas indústrias “com capital estrangeiro, técnicos estrangeiros e transportes também estrangeiros, criaram e desenvolveram a indústria do frio em nosso país, obtendo favores especiais da União, dos Estados e Municípios, tais como isenção de direitos aduaneiros para importação de máquinas e acessórios, de imposto de exportação para carnes e subprodutos, redução ao mínimo de taxas de matança e até isenção de impostos de transmissão de propriedade” (BRASIL, 1937, p. 83).

No Estado Novo, apesar da política nacionalista e a intervenção do governo no setor produtivo e na comercialização dos produtos animais, a



indústria frigorífica estrangeira cresceu no país. Além de novas instalações, houve fusões e incorporações de frigoríficos nacionais. A Companhia Anglo S.A. incorporou, em 1942, a Companhia Pastoril e Frigorífica de Barretos, quando o grupo inglês passou a controlar a compra do boi e o abate da maior parte do gado de corte produzido no Brasil Central (BRASIL, 1937, p. 83).

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Barretos, Gastão de Castro Leite, defendeu no I Congresso Pecuário do Brasil Central, realizado em Barretos, em 1941, a nacionalização da indústria da carne ao afirmar que a “instalação em Barretos, de um grande Frigorífico Nacional, que seja, ao mesmo tempo, a expressão da pujança da Indústria da Carne, em todos seus múltiplos aspectos, e o órgão eficiente de sua defesa”.<sup>7</sup>

A nacionalização e a estatização da indústria frigorífica eram defendidas, também, no Governo Federal. A proposta foi apresentada, pela primeira vez, na sessão solene de abertura da II Conferência Nacional de Pecuária, realizada no Rio de Janeiro, em julho de 1936. Na ocasião Getúlio Vargas afirmava:

quero referir-me especialmente à formação de cooperativas, à organização sindical, à união de todas as entidades de classe na confederação rural, já instituída. Desse trabalho de colaboração resultará uma das criações mais necessárias à prosperidade de nossa indústria – livrando-nos da asfixia dos frigoríficos estrangeiros, todos eles comprometidos num ‘trust’ que tem como atribuição distribuir cotas de produção animal, de acordo, apenas, com as necessidades de seus capitais. Urge, assim, a criação do Frigorífico Nacional.<sup>8</sup>

Em sessão plenária do congresso pecuário de Barretos, o representante da Comissão de Defesa da Economia Nacional criticou a hegemonia dos grupos estrangeiros no controle da comercialização e industrialização de produtos animais e desfraldou a bandeira da nacionalização do setor voltado para o mercado interno. Para Dulval Garcia de Menezes,

o “trust” milionário que mantém em seu poder todo comércio internacional da carne, fazendo das indústrias sul-americanas uma fonte de renda para usufruir espantosos lucros, reclamando medidas governamentais capazes de controlarem todos as atividades comerciais, industriais e políticas no país desse *pool* internacional que não satisfeito em só adquirir a matéria-prima, ainda se lança em desmedidas proporções na criação, recriação e engorda do gado [...]. Se em épocas remotas, essas empresas trouxeram o progresso e o êxito da exploração pecuária,

tornando próspera vastíssimas regiões do país, já não se pode hoje, infelizmente, dizer o mesmo, em virtude de haverem completado a sua industrialização perfeita e insuperável com a criação de invernadas em larga escala e numa intensidade tal, que comanda a cotação do mercado interno, numa organização vertical de tal eficiência que invernistas brasileiros não têm alternativa senão entregar a mercadoria pelo preço que o *trust* internacional estabelece.<sup>9</sup>

O governo prometia concessões e favores especiais aos frigoríficos já instalados ou que viessem a se instalar com capitais nacionais. Assim, a nacionalização da produção da carne tornar-se-ia bandeira de luta da Sociedade Nacional da Agricultura. A agremiação representativa dos grandes produtores rurais tradicionais se destacaria na condução do movimento de reação ao capital estrangeiro na área da indústria pastoril e frigorífica.

O governo reconhecia, porém, que o país não podia prescindir da colaboração permanente e contínua das organizações industriais e comerciais estrangeiras aqui instaladas, as quais prestavam reais contribuições à balança do comércio internacional brasileiro, apesar dos fartos lucros que as mesmas usufruíam nas exportações dos produtos animais.

Segundo tese apresentada no congresso pecuário de Barretos,

batemo-nos firmemente, no entanto, pela imediata nacionalização da indústria de carne para o mercado interno, base para o conhecimento exato do intrincado problema da indústria e comércio, de carnes, ponto de partida para futuras cogitações, necessidade imperiosa que se enquadra nos propósitos humanitários do Estado Novo de defender a alimentação popular. Dessa forma ficariam em princípio as organizações nacionais com a responsabilidade do comércio interno e entregue aos frigoríficos estrangeiros a exportação, perfeitamente lógica e razoável, porquanto essas companhias, quando aqui se instalaram, propunham-se mais ao comércio internacional do que no interno.<sup>10</sup>

As lideranças rurais e o empresariado nacional ligados à produção do boi e à indústria da carne propunham que o governo estipulasse cotas regressivas às companhias frigoríficas estrangeiras que produziam para o consumo interno, reduzindo-as à medida que as organizações congêneres nacionais fossem se estruturando no país.

De acordo com Franklin de Almeida, representante do Brasil na Conferência Internacional de Carnes em Londres, embora os frigoríficos estrangeiros tivessem se instalado no país com o objetivo primordial de atuar no setor de exportação de carne, para o que receberam inúmeras faci-

lidades, sua esfera de influência deslocava para outras direções, como o abastecimento do mercado interno. Assim, havia um desvirtuamento em relação à concessão que lhe facultara o funcionamento no país, pois, paralelamente à manutenção de uma pequena proporção de carne exportável, destinavam uma parcela crescente de sua produção para o mercado doméstico. Em 1937, por exemplo, foram abatidos nos frigoríficos estrangeiros cerca de um milhão de bovinos, mas nem a metade da tonelagem de carnes produzidas alcançaria o mercado internacional. Estima-se que essas empresas vendiam, aproximadamente, mais de 60% de sua produção no mercado brasileiro.<sup>11</sup> Assim, o controle do mercado interno pelos frigoríficos estrangeiros era considerado lesivo aos interesses das empresas nacionais que já se dedicavam a esse ramo da produção industrial, posição que seria compartilhada por técnicos e empresários do ramo.

A Constituição brasileira de 1937 era, em tese, a expressão do nacionalismo quanto às diretrizes econômicas preconizadas. E foi nela que agentes do governo e lideranças rurais se orientaram na elaboração das reivindicações nacionalistas levadas às conferências e aos congressos pecuários no Brasil Central.

Da série de manifestação de nacionalismo econômico da Carta Constitucional destacar-se-ia a lei sobre “atos contrários à economia nacional” e “nocivo ao interesse público”. Era a lei antitruste, destinada a restringir e impedir as práticas monopolísticas e oligopolísticas, bem como as incorporações, associações, fusões ou formação de agrupamento de empresas. Nota-se que essa legislação, entre outras, tinha o objetivo de salvaguardar os interesses das empresas incapazes de fazer face às manobras de controle de preço, matérias-primas etc., por parte de grandes empresas (IANNI, 1996, p. 72).

A capacidade de engorda das invernadas das companhias frigoríficas era, aproximadamente, de 120 mil reses por ano, que elas mesmas criavam ou adquiriam no mercado de gado magro. Para o presidente do Sindicato dos Invernistas e Criadores de Gado de Barretos, o governo deveria limitar o exercício de engorda do boi pelas companhias frigoríficas em, no máximo, dez por cento da capacidade efetiva de abate de cada indústria.<sup>12</sup>

O controle da invernagem permitia às empresas frigoríficas estrangeiras adquirirem gado dos criadores para a engorda, a preço cada vez mais baixo. Essa prática explicaria as contradições de interesse entre as associações dos produtores e comerciantes de gado de corte e as empresas frigoríficas estrangeiras aqui instaladas. Às lutas das agremiações aliavam-se os grupos industriais nacionalistas na campanha contra o que designariam como privilégios ilegítimos dos grupos internacionais. Enquanto isso, al-

guns sindicatos de invernistas e comerciantes de gado eram acusados de fazerem o jogo dos frigoríficos estrangeiros.

Na luta pela nacionalização da indústria frigorífica se destacariam, então, as associações dos criadores e comerciantes de gado de corte do Brasil Central e agentes do governo, os quais consideravam lesivo para o setor a forma de atuação dos grupos estrangeiros. Reivindicava-se uma política industrial e comercial de alcance nacional que desse estímulo ao setor produtivo. Nesse sentido, havia convergência entre setores agrários e industriais no que se refere à realização de uma política conjunta que favorecesse os grupos nacionais.

Entretanto, havia divergências a respeito das medidas de proteção e estímulo à produção bovina nacional. Para a Associação Comercial e Industrial de Barretos, a proibição da invernagem às companhias frigoríficas não surtiria o efeito esperado. Para o representante da entidade,

o fato de saírem do mercado, como invernista, as obrigaria a aumentar as compras aos invernistas e comerciantes de gado, mas os preços continuariam sendo aqueles que elas quisessem pagar como consequência da prática conjugada, dos aludidos processos baixistas com que dominam o mercado.<sup>13</sup>

Para a agremiação, a solução para os problemas enfrentados pela pecuária do Brasil Central estaria, assim, na criação do “Grande Frigorífico Nacional”.

No final dos anos 30, o Conselho Federal de Comércio Exterior receberia inúmeras solicitações de criadores, invernistas e industriais, por meio das associações de classe e órgãos privados regionais de fomento e amparo à produção de carne, pedindo a intervenção do Governo Federal no sentido de conquistar novos mercados para a exportação da carne brasileira. O Sindicato dos Invernistas e Criadores de Barretos sugeria esforços das autoridades para colocar nossas exportações de produtos animais nos mercados da Itália, Bélgica e Espanha. Os documentos reivindicatórios enviados ao órgão federal ressaltavam o problema da depressão econômica pela qual passava a pecuária nacional em decorrência da queda dos preços do boi. Os frigoríficos estrangeiros, que controlavam as exportações de carnes, eram apontados como os únicos beneficiados por aquela situação, pois, como intermediários, compravam o boi a um preço cada vez menor, auferindo altos lucros no mercado internacional.<sup>14</sup>

A distribuição das cotas de exportação da carne era efetuada na Conferência Internacional da Carne, realizada em Londres, sob o controle dos

grupos estrangeiros que monopolizavam a produção e comercialização dos produtos animais na América Latina. O relatório do representante brasileiro na Conferência apontava os prejuízos decorrentes do monopólio exercido pelos frigoríficos estrangeiros que atingiam as exportações e as vendas no mercado interno e solicitava a intervenção do Governo Federal no controle e regulamentação dos negócios na indústria pastoril. Tal relatório acusava o governo de ter abdicado da direção

de um negócio que constitui uma das maiores fontes de renda da economia nacional, valendo-se de nossa infância econômica, das licenciosidades do nosso regime político, das tolerâncias de quem precisa aprender e, portanto, [o capital estrangeiro] deve pagar, indiscutivelmente ultrapassaram os limites da conveniência nacional, que reclama ser obedecida. Esta obediência tem que ser imediata, através de uma disciplina imposta pelo Estado.<sup>15</sup>

Entre as medidas consideradas fundamentais para a solução do problema econômico-financeiro da pecuária, destacava-se a necessidade de o governo disciplinar a produção e o comércio de exportação da carne, reservando, ao mesmo tempo, o mercado interno para as empresas nacionais.

Todavia, apesar do discurso nacionalista, o único anteprojeto de caráter restritivo às atividades capital estrangeiro que se transformaria em decreto-lei até a queda do Estado Novo foi aquele que tratava da regulamentação da invernagem controlada pelos grandes frigoríficos (BRASIL, 1942). Pela legislação, proibia-se às empresas frigoríficas dedicarem-se direta e indiretamente à atividade de invernagem; isentava-se dessa restrição apenas as cooperativas de produtores, formadas por empresários nacionais. Às empresas que já possuíam campos ou invernadas era concedido o prazo de três anos para o cumprimento da lei.

A intenção do governo de aprofundar o controle da indústria frigorífica incomodava interesses privados nacionais e estrangeiros. Por exemplo, o anteprojeto de criação do Instituto Nacional da Carne foi rejeitado pelos congressistas reunidos em Barretos, em 1941, onde os interesses da indústria internacional da carne estavam bem representados. Tal proposta nem chegou a ser objeto de deliberação em plenária do I Congresso Pecuário do Brasil Central.<sup>16</sup> A criação do Instituto para controlar a produção e comercialização da carne, além contrariar interesses do capital privado, era uma clara tendência do Estado autoritário de subordinar o setor agrário aos interesses do setor urbano-industrial.

O crescimento urbano e industrial do Sudeste do país elevaria a demanda de produtos animais no mercado doméstico. Todavia, foi o mercado internacional que incrementou a produção da carne bovina brasileira. No período da Segunda Guerra Mundial, a pecuária de corte do Brasil Central, que há anos enfrentava perdas com as constantes oscilações do preço do boi, ensaiou certa recuperação com a elevação dos preços da carne.

Assim, os conflitos mundiais influenciaram no incremento do desenvolvimento da indústria de produtos animais no Brasil e em outros países latino-americanos. Em razão das dificuldades de abastecimento dos mercados europeus, países como Argentina e Brasil eram vistos como potenciais fornecedores de proteína animal para o mundo em guerra. A invenção da câmara frigorífica facilitaria a conservação e as exportações da carne “in natura”, quando o produto passou a ser escoado em navios em grande escala para a Europa.

Segundo o *Boletim Estatístico* do IBGE, de fevereiro de 1945, a arroba do boi subiu em torno de 60% nos mercados de São Paulo, onde se encontravam instalados os grandes frigoríficos. Porém, a recuperação do preço do gado não se sustentou após o fim do conflito mundial, pois a arroba da carne voltou a baixar no mercado e os negócios continuariam instáveis. Estimava-se que com a retração do mercado, no pós-guerra, as exportações brasileiras de carne caíram para em torno de apenas 50 toneladas ano.<sup>17</sup>

As guerras também refletiram negativamente nas exportações de certos tipos de carne bovina produzida no Brasil, em razão das dificuldades de escoamento desse produto para o exterior. Segundo registro nos Anais do I Congresso Pecuário do Brasil Central, “é sabido que as melhores carcaças eram exportadas sob a forma de ‘chillend beef’. Essa modalidade de preparo da carne demanda, entre outros cuidados, um tempo certo de permanência nas câmaras frias, tempo esse que nunca deve ser ultrapassado”<sup>18</sup> para não comprometer a qualidade do produto. Dessa forma, a irregularidade e a insegurança no transporte marítimo comercial durante os conflitos constituíram um fator que dificultara as exportações de certos produtos animais.

O mercado interno da carne, mesmo com relativo aumento da demanda doméstica, tinha suas limitações. O consumo *per capita* continuaria baixo, comparativamente a outros países da América do Sul. Na cidade de São Paulo, onde certamente estava o maior poder aquisitivo do país, o consumo anual não ultrapassava 40 quilos de carne bovina por habitante, enquanto na Argentina, o consumo médio era de 121 quilos anuais ou 331 gramas diárias.<sup>19</sup>

Outros fatores estruturais afetavam negativamente o desempenho da pecuária de corte do Brasil Central. Além das flutuações do preço do boi em razão do controle da comercialização e industrialização da carne pelos cartéis estrangeiros, a elástica oferta de animais contribuía para deprimir ainda mais o preço do gado de corte no mercado. O avanço da fronteira no Centro-Oeste a partir do Estado Novo e o crescimento da produção extensiva de bovinos comprovam a explicação desse aumento da oferta do gado de corte.

O crescimento da atividade pastoril foi incrementado, também, pelo financiamento público aos grandes produtores e o baixo custo de produção do gado nas áreas de pastagem natural do cerrado. Pouca mão-de-obra e baixo investimento de capital caracterizavam a maioria das tradicionais fazendas de gado do interior do país. A baixa capitalização no setor agrário dificultaria a transformação e modernização da pecuária de corte regional. Portanto, a racionalização do setor se daria de forma lenta e desigual.

Porém, não se deve reduzir a pecuária de corte à atividade de meros fazendeiros tradicionais. Como foi analisado antes, os grandes frigoríficos investiam pesado na produção do boi que abatia. Pecuária e indústria frigorífica emergiam como negócios altamente diversificados num momento em que a exportação de carne apresentava-se como particularmente rentável. Os investidores no setor eram, muitas vezes, simultaneamente, fazendeiros, donos de ações de ferrovias, bancos e casas exportadoras (MENDONÇA, 1997, p. 81).

Os negócios relativos à indústria pastoril no Brasil Central tornar-se-iam mais complexos com a expansão da atividade e a valorização dos produtos animais no mercado internacional. Mendonça (1997) afirma que a presença de grandes empresas estrangeiras no setor de carnes servia para potencializar a importância da Sociedade Rural Brasileira nos anos iniciais da associação. Tão significativa era a conjuntura comercial para esse ramo produtivo que se chegou a cogitar, no âmbito da diretoria da agremiação, que constasse de seus estatutos sua dedicação exclusiva à pecuária, ao invés dos problemas mais amplos da agricultura. Para a cúpula da entidade, segundo sua Revista, deveria constar dos estatutos um artigo assim redigido: "A SRB fundada e com sede na cidade de São Paulo é uma grande agremiação de duração ilimitada, tendo por objetivo fomentar a indústria pecuária e correlativa".<sup>20</sup>

A atuação do cartel internacional da carne não se limitava ao Brasil. Formava, nos anos 40, um conglomerado de mais de quinhentas sociedades comerciais e industriais, nos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai, e dominava a maior parte da produção e exportação da carne no plane-



ta. O capital inglês era proprietário de empresas multinacionais como Weddel, Anglis, Anglo S.A. e outras. Esses grupos controlavam a quase totalidade dos mercados exportadores e distribuidores de produtos animais, possuíam sofisticados sistemas de transportes modernos, inclusive linhas marítimas; dispunham de grandes rebanhos de gado de corte e de empresas frigoríficas em vários continentes: América do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Rodésia.<sup>21</sup>

A indústria pastoril do Brasil Central tornava-se um grande negócio para grupos nacionais e estrangeiros que investiam no setor e atividades correlatas como transporte, comercialização e industrialização dos produtos animais. No entanto, toda essa gama de negócios milionários se sustentava, principalmente, na pecuária extensiva que se expandia rapidamente nas áreas de fronteira do interior do país, sobretudo a partir da chamada *conquista do Oeste*. A ocupação de grandes áreas nas regiões de cerrado garantia o aumento da produção e, por conseguinte, da oferta de gado de corte, produzido a baixo custo, para a indústria frigorífica concentrada em Barretos. Tal fato ajuda a explicar por que a indústria da carne aparece, nesse período, como atividade econômica promissora que atraía grandes investimentos de capitais.

Representantes do setor agrário tradicional reclamavam da espoliação imposta pelo capital comercial e industrial aos pecuaristas. Segundo lideranças rurais, o produtor representava a parte “dominada da classe dominante brasileira”. A divisão social e regional do trabalho entre fazendeiro tradicional e grupos que controlavam a invernagem e o abate do gado era vista como fator que transferia renda e forças produtivas para o capital industrial concentrado no Sudeste. Apesar dessa condição de “espoliados”, os grandes produtores rurais expandiam seus negócios e garantiam certo nível de acumulação de capital no campo à custa, principalmente, da exploração da mão-de-obra do trabalhador ou do “peão” e dos recursos naturais das pastagens do cerrado.

Em última análise, a integração capitalista do Brasil Central ocorreria dentro da lógica do padrão de acumulação que se configurava no país, no pós-30, em que o capital assumia formas diversas de reprodução. Ou seja, a economia se estruturava em nível nacional com base numa divisão inter-regional do trabalho entre dois setores com ritmos de crescimento e transformação diferenciados – um agrário e tradicional, outro industrial e moderno – porém, ambos submetidos a uma mesma dinâmica – a dinâmica do capital. Isso conformava um processo de desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista no Brasil.

QUADRO 1 - ABATES EM FRIGORÍFICOS E CHARQUEADAS  
SOB A INSPEÇÃO FEDERAL (1935 A 1940)

CATEGORIAS	FRIGORÍFICOS		CHARQUEADAS		TOTAIS 1935 A 1940
	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL CENTRAL	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL CENTRAL	
Bois	1.425.063	3.598.013	1.325.486	178.480	6.527.042
Vacas	403.784	750.274	737.436	345.927	2.237.421
Vitelos	219.581	212.393	794	-	432.767

Fonte: Relatório da divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura.

QUADRO 2 - ABATES DE GADO BOVINO EM BARRETOS (1937-1941)

	1937	1938	1939	1940	1941
Janeiro	38.363	27.139	31.179	33.560	26.918
Fevereiro	48.538	44.696	55.756	52.477	47.960
Março	62.578	57.213	73.144	64.354	77.395
Abril	55.069	58.474	63.829	66.646	75.882
Maiο	50.093	57.651	73.455	62.000	82.874
Junho	56.072	50.168	68.988	58.218	69.836
Julho	67.007	43.748	65.315	55.561	50.025
Agosto	34.981	37.313	33.446	39.422	34.723
Setembro	29.387	17.936	21.135	20.210	20.820
Outubro	21.877	16.450	17.555	15.075	17.406
Novembro	15.562	15.205	21.011	12.847	18.373
Dezembro	21.035	17.305	23.235	17.273	29.684
TOTAL	510.562	443.298	548.048	497.653	551.896

Fonte: *Anais do I Congresso Pecuário do Brasil Central*. São Paulo: Sociedade Impressora Brasileira, 1942.

## CAPITALIST INTEGRATION OF CENTRAL BRAZIL

ABSTRACT: The dominant class of agrarian Central Brazil, supported in financial aid and technical input offered by the authoritarian state would hold the banner of rationalization of production in the field, especially in the livestock industry. Shares of rural unions and associations, tinted with the economic policy of the Government Vargas, would become symbol of changes in regional agriculture. The Ministry of Agriculture mobilized resources and expertise to finance and guide the sector with a view to the diversification and specialization of production. The portfolio has become a major administrative demands channelled by associations representing large rural producers.

KEY WORDS: Integration, market, rationalization of production, agriculture.

## NOTAS

- 1 *Anais do I Congresso Pecuário do Brasil Central*. São Paulo: Sociedade Impressora Brasileira, 1942. p. 223.
- 2 SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. *Revista*. São Paulo, 1932, p. 876.
- 3 *Anais do I Congresso Pecuário do Brasil Central*, citado, p. 62.
- 4 *Idem*, p. 228.
- 5 *Idem*, p. 108.
- 6 *Idem*, p. 110.
- 7 *Idem*, p. 128.
- 8 *Idem*, p. 63.
- 9 *Idem*, p. 63.
- 10 *Idem*, p. 129.
- 11 Cf. Relatório do Dr. Franklin de Almeida, representante do Brasil na Conferência Internacional de Carnes em Londres.
- 12 Relatório do Dr. Franklin de Almeida, citado, p. 114.
- 13 *Idem*, p. 121.
- 14 Processo 790, XIII, doc. 17. Arquivo Nacional.
- 15 Processo 483, v. 5, p. 8-10, doc. 1. Arquivo Nacional.
- 16 *Anais do I Congresso Pecuário do Brasil Central*, citado, p. 133.
- 17 *Idem*, p. 102.
- 18 *Idem*, p. 160.
- 19 *Idem*, p. 162.
- 20 SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, *Revista*. São Paulo, 1921.

21 *Anais do I Congresso Pecuário do Brasil Central*, citado, p. 106.

## REFERÊNCIAS

- ARTIAGA, Zoroastro. Economia Goiana. Goiânia, *Revista Oeste*, 9 jul. 1942.
- \_\_\_\_\_. *História de Goiás*. Goiânia: Edição do Autor, 1961.
- BORGES, Barsanufu G. *Goiás nos quadros da economia nacional 1930-1960*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- BRASIL. IBGE. *Censo industrial de 1920*. Rio de Janeiro, 1920.
- BRASIL. Conselho Federal do Comércio Exterior. *Notas sobre o problema das carnes no Brasil*. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. DPN. *Problemas e realizações do Estado Novo*. Rio de Janeiro, 1938.
- BRASIL. Conselho de imigração e colonização. *Goiás: uma nova fronteira humana*. Rio de Janeiro, 1946.
- DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil – 1930-1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses – estado e industrialização no Brasil 1930-1945*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1986.
- LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e classe dominante agrária no Brasil Pós-30 (1930-1945)*. Relatório Final de Pesquisa CNPq. Rio de Janeiro, 1997.
- ORICO, Osvaldo (Org.). *Ideário político de Vargas*. São Paulo: Edição do autor, 1943.
- PACHECO, Altamiro de Moura, *A industrialização do boi no seu habitat*. Goiânia: Oriente, 1972.
- SOARES, Walmer J. *Os Interesses industriais na consolidação do nacional-desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/PUC, s.d.
- SOUZA, Octacílio Pinto Cordeiro de. *Modelos da produção animal no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1941.

VARGAS, Getúlio. No limiar do ano 1938. *A nova política no Brasil*. v. 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.